



Hidrelétricas no Rio Madeira: A Construção de uma Notícia no Jornal Nacional.¹

Roberto LESTINGE²

Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”- Esalq/USP

Resumo

A televisão atinge quase 94% dos lares brasileiros. Em uma população com altos índices de analfabetismo e analfabetismo funcional ela é – na maioria dos casos – a única fonte de informação. A gratuidade do serviço reforça essa penetração nas camadas mais pobres. A consciência ecológica passa então, obrigatoriamente, pelos critérios dos meios de comunicação em massa, no caso específico o Jornal Nacional da TV Globo. Daí a necessidade de se analisar criteriosamente qual a mensagem embutida no discurso do maior e mais antigo telejornal do país que é visto há quase quarenta anos. O diálogo com o texto de uma notícia – algo impossível para o cidadão comum na hora da transmissão – revela uma estratégia discursiva muito bem articulada e com enraizamentos e objetivos muito mais profundos do que se poderia supor.

Palavras-chave

Mídia; Jornal Nacional; Ecologia; Sociedade; Comunicação em Massa.

Contexto: Após o anúncio na mídia do relatório do IPCC sobre aquecimento global a questão ambiental está em primeiro plano. Os temas que envolvem florestas e rios se tornaram de interesse público. O governo planeja construir duas hidrelétricas no Rio Madeira e precisa de licença dada pelo Ibama pois estão envolvidas questões ambientais de relevância. A construção das usinas é vista como fundamental pelo governo para gerar energia elétrica e crescimento da economia, sem risco de apagão.

O Ibama se recusa a dar um parecer positivo antes de concluídos os estudos. Como os dois órgãos, Ibama, subordinado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente) e MME (Ministério de Minas e Energia) pertencem ao governo e estão em conflito quanto ao andamento da questão, é necessário utilizar formas de pressão pública e política para que o impasse seja resolvido. A melhor maneira de se fazer isso é tornando pública a disputa, por um meio de comunicação em massa, apresentar a questão, os argumentos e ao final da arguição de cada um dos lados criar um novo saber a respeito do dilema: acelerar a aprovação da obra atropelando os procedimentos técnicos do Ibama, ou respeitar a natureza e correr o risco de não se ter energia elétrica suficiente para os próximos anos? Há, porém, outras vertentes envolvidas, como o uso do Banco Mundial

¹ Trabalho apresentado no NP- Intercom – Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação Científica, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ecologia Aplicada pela Esalq/USP, e-mail: rlestinge@yahoo.com.br



sendo apresentado como autoridade para julgar projetos ambientais quando na verdade não a tem. O banco é parte interessada pois financia o projeto e sua tradição de atuação na área ambiental tem sido objeto constante de crítica. A ONG WWF-Brasil aparece como fonte de referência neutra na disputa, protegendo apenas os interesses da natureza. Não é bem assim. A WWF e o Banco Mundial são parceiros, mas isso não é esclarecido na matéria. Também é omitido que José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, foi presidente da WWF-Brasil de 11/99 até 11/02, embora tivesse um segundo mandato, ao qual renunciou, até 09/05.

Silas Rondeau, ministro do MME, renunciou poucas semanas depois, no dia 22/5, acusado de envolvimento em um escândalo investigado pela Polícia Federal e denominado “Operação Navalha”.

O Ibama estava em greve devido à pressão para aprovar o projeto. Um dia antes da reportagem, o governo decidiu fazer uma cisão dentro do Ibama, criando o Instituto Chico Mendes, assim descrito no site da Radiobrás por Rebelo (2007).

Foi publicada hoje (27) no Diário Oficial da União (DOU) a medida provisória (MP 366) que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a nova autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza. A autarquia será responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade. A MP prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao Ibama e agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia serão transferidos para o Instituto Chico Mendes. (REBELO).

Nenhuma referência sobre o esvaziamento de poder do Ibama vai ser mencionada. O texto que segue é a transcrição completa da notícia.

Data: 28.04.2007

Título: Um debate que divide o governo brasileiro.

Tipo: Reportagem

Duração: 03:35

William Bonner: A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente estão pondo ministérios em lados opostos. Quem conta é a repórter Cristina Serra.

Cristina Serra: O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia.

A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome.

O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa.

Do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental.

Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes.

Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

“Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desse, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque é a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defende o trabalho dos técnicos do Ibama.

“Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro”, disse a ministra Marina Silva.

A ONG WWF acha que a discussão sobre geração de energia deveria ser ampliada. “Alguns são só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós podemos ter outras opções pra matriz elétrica brasileira. Vários



estudos apontam a reponteciação das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Para o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília, Ivan Camargo, as usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país.

“Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. É uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

Análise: A chamada da matéria tenta dar um tom equilibrado utilizando uma isonomia verbal. “A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente”. Existem duas necessidades de igual importância já que metricamente as construções são idênticas e não há nenhuma indicação de maior importância de uma sobre a outra. Porém, pela construção a seguir, teremos de optar apenas por uma solução, pois há um embate sendo travado que: “estão pondo ministérios em lados opostos”. Logo saberemos quais são os lados opostos, pois “quem conta é a repórter Cristina Serra”.

O verbo contar parece longe da função de uma jornalista que seria de reportar, de montar uma reportagem. Contar sugere intimidade, algo que se soube, que se ouviu, mas não deveria ser empregado em situação de confronto entre dois ministérios da República. Deduz-se que a repórter tenha intimidade com os lados em conflito e vai se apresentar como mediadora.

Essa noção é amplamente reforçada na frase que aparece adiante:

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa. Do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Tal qual pugna pugilística, onde o apresentador tradicionalmente anuncia, “deste lado, fulano de tal, do outro lado sicrano”, aqui fica claro quem são os oponentes e quais as razões que os levaram ao confronto, mediado por Cristina Serra, que nos conta as razões.

Não sabemos como ela ficou encarregada de mediar a questão se houve um documento oficial do governo anunciando a disputa, ou se foi por ouvir dizer que a levou a perguntar se realmente havia tal problema. Nenhuma sugestão foi feita de que as partes interessadas têm maturidade e responsabilidade suficiente para discutirem o



problema dentro das esferas de governo nem se haverá um voto de Minerva que decida por uma via ou outra.

Novamente o JN se apresenta como mediador: O Ministério do Meio Ambiente está “preocupado” com o impacto ecológico, enquanto o Ministério de Minas e Energia “tem pressa”. Preocupado remete à inação, pois é uma situação de indecisão, de calma, de prudência, temendo que aconteça algo negativo. Privilegia a eficiência de uma análise mais profunda sobre uma decisão mais afoita. Já, “ter pressa”, significa urgência, atropelar os procedimentos, colocar seus objetivos – produzir mais energia elétrica – acima e na frente de qualquer preocupação ambiental. Os desastres produzidos por essa pressa em construir outras hidrelétricas como Itaipú e Tucuruí não são mencionados.

Antes de chegar ao pomo da discórdia, temos outro elemento importante nos dizendo que esse problema de desentendimento entre os ministérios é recorrente:

O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia. A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética.

Esse é então apenas o mais recente episódio da disputa. Quais seriam os outros? No entanto, está clara a premência de se construir as duas hidrelétricas, pois são “ambas consideradas fundamentais para o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento”. Ora de um lado o Ministério do Meio Ambiente inerte, preocupado, e do outro o de Minas e Energia com uma missão que não é apenas importante, mas fundamental, para o crescimento – acelerado – do país. A adjetivação utilizada para as partes em disputa estabelece padrões de antagonismo.

Como se não bastasse, o crescimento acelerado é reforçado por números que pouca gente sabe o que significa, mas que parecem importantes citar, são: 4 mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. Essa é a proposta do MME. Energia elétrica, para crescimento acelerado. Quem poderia se opor? Esperamos pelos benefícios oferecidos pelo MMA, mas temos apenas a preocupação com o impacto ecológico, nada mais do que isso. Se existem outros argumentos e benefícios



eles não são referenciados na matéria. Deduz-se que são então apenas entraves burocráticos ao progresso.

Quem ganha a voz de acusação a seguir é o MME:

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental. Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes. Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

Pede a regra da equivalência jornalística que os lados apresentem suas posições de igual maneira. Se um lado acusa o outro, é de se supor que sua atuação mais ofensiva busque resultados contra o lado inerte. Além disso, quando Cristina Serra diz que o Ibama analisa os estudos “há dois anos”, a ênfase na voz reforça a idéia de morosidade. Dois anos é muito tempo, está claro.

A situação do Ibama piora quando tomamos conhecimento da razão para tamanho atraso: “as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes”. A contraposição de “algumas espécies de peixes” com o crescimento acelerado do Brasil e 4 gigawatts, parece não deixar dúvida sobre quem está certo. O que são “algumas” espécies de peixes para frear o crescimento do país? Nem muitas elas são. Talvez duas ou três, que é a quantidade que cabe dentro do conceito de “algumas”. Tampouco são várias ou muitas, o que suscitaria alguma preocupação. O outro argumento parece ter menos importância ainda. “O Rio Madeira – por ser barrento – provocaria um acúmulo de sedimento nas barragens da hidrelétrica afetando a capacidade dos reservatórios”. O que isso realmente significa, não está apresentado de maneira clara.

Insatisfeitos com o conteúdo que o JN nos apresenta, fomos abrir investigações em outras mídias. Ao pesquisar artigo do New York Times de 11 de junho de 2007, soubemos que o que se chama de “algumas espécies de peixes” são na verdade mais de 500, pois a bacia do Rio Madeira tem mais variedades catalogadas que qualquer outro rio do mundo. O acúmulo de sedimento é muito mais importante do que nos conta a repórter. Como o Rio Madeira nasce nas encostas dos Andes, carrega uma grande quantidade de sedimentos que vai fertilizar as margens do Rio Amazonas, tornando-as uma das mais ricas da região para a agricultura. Esses dados, caso tivessem sido incorporados de maneira explícita na matéria, poderiam mudar a opinião pública sobre a



questão, mas foram ignorados, suscitando perguntas de quem são as fontes consultadas para a redação do texto. Não saberiam os redatores e os pesquisadores dessas informações? Isso seria pouco provável dado o amplo uso da Internet. Ao realizar uma pesquisa com “Rio Madeira” conseguimos resultados diversos resultados.

O relatório feito pelas ONGs “Amigos da Terra” e “IRN – International Rivers Network” (2006): “Estudos Não Confiáveis. 30 falhas no EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) do Rio Madeira”, aponta vários problemas na análise ambiental.

Algumas das informações mais relevantes:

1. Abrangência Equivocada: Falta Estudar a Hidrovia.
2. Área Alagada Pode ser o Dobro do Estimado.
3. Negligenciados estimativa e impactos do aumento populacional.
4. Omissão sobre o Alagamento em Território Boliviano.
5. Sedimentação: Foco Inadequado e Cálculos Inconsistentes.
6. Falta Identificar as Espécies mais Afetadas.
7. Omissão de Impactos Expressivos na Pesca no Estuário do Rio Amazonas.
8. Fauna: Coleta Insuficiente e Impactos Não Avaliados. (AMIGOS DA TERRA e IRN, 2006).

Outro relatório publicado pela ONG IRN (2007) aponta outros problemas que não foram considerados. Um dos mais importantes.

O Rio Madeira é o maior afluente do Rio Amazonas, com uma extensão de 1.700km somente no território brasileiro e uma vazão média de 23.000m³/s. O Madeira é responsável por aproximadamente 15% do volume de água e de 50% do sedimento transportado pelo Rio Amazonas para o Oceano Atlântico. Essa enorme carga de sedimentos regula os sistemas biológicos das vastas planícies ao longo dos rios Madeira e Amazonas (IRN, 2007).

Para finalizar a parte da reportagem em que ficam expostos os motivos da posição irredutível e inexplicável do Ibama – que não teve nenhum técnico opinando, portanto sem voz ativa na matéria – o discurso é enfático: “o Ibama não deu prazo para concessão da licença”. Cria-se tensão aqui. O país tem pressa de crescer e o Ibama não dá prazo para liberar a licença que pode prejudicar algumas espécies de peixes.

O texto seguinte, no entanto, mostra uma há solução, e na verdade o MME não precisa do Ibama para nada, pois há uma outra autoridade autorizando o projeto.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

Estranha situação essa. O Banco Mundial tem o poder de decidir sobre assuntos ecológicos no Brasil, muito melhor do que o Ibama. Se os especialistas aprovaram a obra, por que razão o Ibama insiste no atraso? Não há nenhuma evidência sobre os critérios ambientais utilizados pelo Banco Mundial, nem quem são esses “especialistas” e suas linhas de orientação no que tange à preservação do ambiente. O nome Mundial do banco, dá uma clara conotação de importância.

Reforçando a voz preferencial do MME, sabemos do ultimato do seu ministro, Silas Rondeau: “só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama”. Se o Ibama já disse que não há prazo para entrega do relatório – nem se vai autorizar a construção – a cisão está criada, pois o MME apresenta as soluções, mais como ameaças do que como alternativas energéticas ao dizer: “a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III”.

Antes de analisarmos as implicações dessas opções é possível constatar, que apesar do Banco Mundial ter dado sua aprovação ao projeto, a última palavra é mesmo do Ibama. Qual a razão então de apresentar argumentos sem poder decisório? Por que gastar dinheiro com um relatório se, oficialmente, não serve para nada? Mencionar a aprovação do Banco Mundial parece ser apenas um reforço argumentativo do próprio JN, pois o MME em nenhum momento utiliza o relatório a seu favor. Aqui não fica claro se o MMA aprovaria a construção de termelétricas a carvão (altamente poluidoras) ou a de outra usina nuclear, cujos riscos, ineficiência e custos são por demais conhecidos pelas que já temos em Angra dos Reis. O impacto ambiental causado por essas alternativas também não está sequer sendo apresentado ou discutido, mas já são apresentadas como piores pelo tom de ameaça. Não há comentários sobre o fracasso na geração de energia elétrica das duas usinas nucleares que operam muito abaixo da capacidade por problemas técnicos na construção.

A seguir dando voz e espaço para os argumento de Silas Rondeau do MME, fica patente o favorecimento de uma opção sobre outra na mediação do JN.

Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desse, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque é a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte



renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade, afirmou o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

O tom de ameaça é evidente, pois implica em perdas para o país, com “uma energia mais cara e ambientalmente da pior qualidade”.

A repórter Cristina Serra não questiona em nenhuma parte da reportagem o que significa essa pior qualidade ambiental. Se a necessidade econômica prevalece sobre a qualidade do ambiente, então deve haver um limite para a preservação ambiental, que é quando as leis ambientais prejudicam os negócios. A ecologia parece ser apenas um estorvo. Inconseqüente e desnecessária, ela será ignorada toda vez que se interpuser no caminho do progresso. A ministra do MMA, Marina Silva, finalmente aparece para justificar porque tanto atraso na entrega da licença. Diz ela em tom conciliador, legalista, mas enérgico:

Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e não de desconstituição de um setor em relação a outro, disse a ministra Marina Silva.

A fala da ministra reforça a existência de um ambiente legal a ser respeitado e faz parte da ordem constitucional. Rejeita a preponderância de um ministério sobre o outro ao oferecer “o diálogo institucional que é um diálogo de construção, e não de desconstituição de um setor em relação ao outro”. A assinatura dos depoimentos requer atenção: ao denominar a de Silas Rondeau com um imperativo “afirma” e a de Marina Silva com um suave “disse”, fica estabelecido o tom mais enérgico do ministro. Afirmer carrega um sentido mais enfático do que dizer. Uma vez terminada a fase expositiva da reportagem, o JN sugere agora aos lados conflitantes e aos telespectadores ouvirem outras partes, selecionado por ele próprio por critérios que não são apresentados.

Uma das opiniões escutadas é a da ONG, World Wildlife Fund – algo como fundo mundial para a vida selvagem. Não sabemos qual a capacidade técnica do fundo ou da pessoa que fala em seu nome, mas o JN abre voz para que seu representante se pronuncie.

Alguns tão (sic) só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós



podemos ter outras opções pra (sic) matriz elétrica brasileira. Vários estudos apontam a reponteciação (sic) das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Quando usa o sujeito indeterminado “alguns”, Mauro Armelin parece estar se referindo a Silas Rondeau. A polarização “ou é hidrelétrica ou é nuclear” ganha uma terceira via ao dizer que “não é isso que se busca”. Quem busca? A falta de sujeito na frase não permite identificar como se chegou a essa conclusão e em nome de quem ele está falando. Segue, dando um parecer técnico de que “nós podemos ter outras opções pra matriz energética brasileira”. Quem somos “nós”?

O potencial de 8 gigawatts parece não ter chamado a atenção de Cristina Serra. Números são de difícil entendimento em linguagem televisiva, sobretudo quando saem da esfera do cotidiano. Giga é mais ou menos que Mega? A informação é ignorada, tanto quanto o modo se chegar a essa geração de energia. Sem explicar o que é reponteciação, nem perguntar aos lados interessados se tal possibilidade seria estudada, a fala é “assinada” com um simples acredita, como se seu conteúdo não tivesse validade. “Acredita”, neste caso, parece ser uma opinião isolada, sem nenhum referendo técnico. Afinal, o que sabe este senhor de matrizes energéticas?

Uma pesquisa mais detalhada nos revela o por quê da presença de Mauro Armelin e a opinião tão assertiva da ONG que ele representa.

A WWF pode ser considerada como um braço ecológico do Banco Mundial, pelo que se deduz do Relatório Anual 2005 disponível no site: <http://www.worldwildlife.org/alliance/>. Segundo o site, a WWF recebe aportes financeiros de larga monta para que se pronuncie sobre questões ambientais que envolvam o Banco Mundial. É possível – e eticamente correto – uma empresa de consultoria ecológica ser financiada pelo próprio “cliente”?

Esse “verdejar” por parte do banco, é descrito apenas como uma manobra diversionista e de sobrevivência, onde, por meio do financiamento escamoteado de ONG’s, o banco consegue opiniões que lhes são favoráveis. Diz Sheehan (2000):

O Banco Mundial tem um histórico ambiental pífio, que os ambientalistas vêm condenando faz tempo. Suas políticas de empréstimos têm financiado a destruição ecológica, a violação de direitos humanos e o deslocamento forçado, e seus projetos têm sofrido de uma alta taxa de insucesso, de acordo com os próprios critérios do banco (SHEEHAN, 2000).

Entre alguns destes insucessos está o projeto Polonoroeste no Brasil que previa a abertura de uma vasta área na Amazônia para a agricultura, e uma extensa malha rodoviária para interligar o projeto ao resto do país. O resultado foi um desastre do ponto de vista de planejamento central. Facilitados pelos US\$ 443 milhões do banco em empréstimos subsidiados, o projeto introduziu práticas agrícolas de corte e queima, rápido desmatamento da bacia Amazônica e uma epidemia nacional de malária. Continua Sheehan (2000).

{...} Desde a metade dos anos 90, todavia, o banco tem apaziguado os seus críticos ao incluir ONGs nas suas operações. Como conselheiros do Banco Mundial e condutos para seus empréstimos, as ONGs têm participado de modo crescente nas atividades do banco nos últimos anos. O banco parece ter criado uma nova clientela de ONGs ambientalistas. Embora o banco não tenha sido capaz de demonstrar que a qualidade de seus empréstimos ambientais tenha melhorado de maneira fundamental, os grupos ambientais têm, de modo geral, sido mais cautelosos em suas críticas sobre o banco e não advogam mais a redução ou a suspensão dos financiamentos do Banco Mundial, como faziam nos anos 80 e no início dos 90 (SHEHAAN, 2000).

Examinando o artigo de Sheehan (2000) podemos entender por que o Banco Mundial tem interesse nas hidrelétricas do Rio Madeira.

Para combater um possível aquecimento global e perturbações climáticas relacionadas no próximo século, o Banco Mundial propõe uma redução global na porcentagem de eletricidade gerada de combustíveis fósseis dos atuais 80% para 25% até 2050 (SHEEHAN, 2000).

Mas não é só no exterior que a WWF encontra seus críticos. No Brasil, ela é acusada de tentar bloquear a publicação do livro *Máfia Verde* que denuncia a estratégia neocolonialista com a desculpa de proteger o ambiente.

Este foi o caso, por exemplo, da frustrada tentativa de apreensão judicial do livro feita pela seção brasileira do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), que já movia um processo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) desde o final do ano anterior. Na ocasião, logo após o depoimento de Carrasco no Senado, o WWF-Brasil tinha como presidente o vice-presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, o que fez com que a tentativa de apreensão resultasse na ironia de uma entidade dirigida por um jornalista tentando suprimir uma publicação e a própria liberdade de expressão (LINO, CARRASCO, COSTA, PALÁCIOS, 2005, p. 5).



Omitir essa informação ao público é dar voz a uma fonte que não é isenta de interesses no processo de construção das hidrelétricas no Rio Madeira como se quer fazer crer. Outro fato totalmente ignorado pela grande maioria da população que assiste ao JN, é que José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, foi presidente da WWF-Brasil. Não há que se pensar muito nas razões que levaram a TV Globo a escolher a WWF como fonte de consulta técnica. O embricamento (e o conflito) de interesses aparecem de forma inequívoca e suscita sérias questões de ordem ética. A próxima opinião, no entanto, é gabaritada, pois é de um professor universitário. A matéria está chegando ao seu final e é necessário dar uma última palavra sobre o assunto para que o raciocínio lógico se complete. Afinal, a proposição desde o princípio é a de que havia uma disputa entre dois lados, e agora estamos perto de saber quem está com a razão. Diz o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília, Ivan Camargo:

As usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país. Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. E é uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

O que ocorre no depoimento é a estratégia de editar e usar uma fala fora do seu contexto, dando a impressão de que a pessoa está de acordo como determinado fato, no caso, a construção de hidrelétricas no Rio Madeira. Em momento algum ele se refere à essas hidrelétricas especificamente, mas à hidrelétricas de modo geral. Não se pode deduzir que todas hidrelétricas são iguais. Esse deslocamento é anti-ético. Editar imagens não pode ser equivalente a editar contexto. O contexto do discurso deve ser respeitado na sua integridade.

Ao se posicionar a favor das hidrelétricas, o professor exclui as outras soluções, como carvão e energia nuclear, afinal “temos muito potencial ainda e que é muito grande”. Por ser renovável, “é interessante” já que “vai durar muito tempo e nos dar uma energia barata”. Em se tratando de um professor, parece natural que a “assinatura” da sua fala seja um “explica”. É da natureza dos professores explicarem. mas não temos nenhuma pista sobre a questão fundamental que se apresenta aqui, como suprir a demanda por energia elétrica no país, com a construção de hidrelétricas, sem causar danos ao ambiente. Ao dizer que “o potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande” e



que “temos muito potencial ainda”, além de ser “uma vantagem que nós temos” (sobre os países que não têm essa opção) estaria o professor insinuando que as usinas de Santo Antônio e Jirau não seriam as duas únicas opções? Quais as alternativas? A matéria se encerra em tom aparentemente neutro.

Conclusão: No telejornalismo há reportagens especiais que são feitas por recomendação da presidência da emissora, e por isso são chamadas de “rec”. Quando um assunto sensível atinge as altas esferas do governo, como é o caso aqui, são acionados dispositivos internos para levar ao ar uma reportagem com uma abordagem que favoreça um ponto de vista, embora parecendo ser neutra. O próprio Roberto Marinho declararia a Contreiras (1993) que defendia seus interesses, agia como poder de mídia na política e valorizava o grupo jornalístico que tinha em mãos.

Sou um formador de opinião e tenho responsabilidades muito grandes {...} Eu não temo um presidente da República pela antipatia que ele possa ter pela TV Globo, pelo Globo ou pela minha pessoa. Se fosse um grande presidente e sua única falha fosse antipatizar com minha organização jornalística, eu superaria isso. A nossa posição, naturalmente, em algumas vezes, é consequência da posição que se adota (CONTREIRAS, 1993).

Pelo tempo da reportagem – acima da média –, pelos altos valores financeiros envolvidos e o conflito entre altos ministros do governo, podemos inferir que se trata de uma reportagem “rec”. Extremamente tendenciosa, dá a aparente idéia de equilíbrio entre os ministérios, mas pela escolha do discurso direciona a conclusão pelo progresso proposto pelo PAC. Contaminada na sua estrutura ética ao omitir as relações entre o Banco Mundial, a WWF-Brasil e José Roberto Marinho.

Novamente recorremos ao que disse Roberto Marinho a Contreiras (1993) no que tange à ética.

É uma preocupação natural. O Globo tem uma permanente preocupação ética. Não nos sentimos atraídos por assuntos que dariam lucros, mas que afetariam a ética (...) todos os programas que asseguram sucesso mas que abrem mão da ética têm duração muito pequena. Isso ocorre no jornalismo e na televisão também. É um sucesso efêmero (CONTREIRAS, Jornal da Tarde, 6 de abril 1993).

A reportagem altera as relações de poder ao validar o relatório do Banco Mundial como tendo aprovado o projeto, e desqualifica o Ibama, na verdade único órgão habilitado à emissão de parecer técnico perante a opinião pública.

A estratégia de construção dos sentidos é feita pela oposição do progresso: (PAC, MME, hidrelétrica) x atraso: (MME, natureza, peixes). A omissão do elemento humano, da população local, tira o aspecto emocional da reportagem, fazendo um recorte puramente técnico.



Figura 14 – Protesto contra a construção das hidrelétricas no Rio Madeira

Fonte: <http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>

Após assistir à matéria, resta ao espectador passivo, com pouco conhecimento das questões ambientais, e sem ter acesso à todas as informações que não lhe foram apresentadas, acreditar que o Ibama não deve mesmo se opor ao progresso em nome de “algumas” espécies de peixes. A TV Globo, como diria Roberto Marinho, acabou de formar mais uma opinião.

A reportagem ignora todos os relatórios técnicos que denunciam as falhas do projeto, optando por criar sua própria versão sobre “o debate que divide o governo brasileiro”. Esse tipo de manipulação é anti-democrático pois sonega as informações que realmente importam. A concessão pública de emitir um sinal de TV não lhe dá esse direito, ao contrário. A população brasileira tem visto aumentar as ameaças à soberania do território nacional com muita frequência no noticiário e precisa formar uma consciência ambiental equilibrada para as decisões que teremos de tomar muito em breve. O Jornal Nacional não tem o direito de manipular, omitir, distorcer informações para agir como intermediador do poder em Brasília e com isso angariar poder para si



mesmo. Se a mídia orienta a sociedade nos assuntos ambientais é sua obrigação fazê-lo de forma íntegra, ou em caso contrário, ser responsabilizada por isso.

Referências bibliográficas

AMIGOS DA TERRA e IRN, 2006. **Estudos não confiáveis. 30 falhas no EIA-RIMA do Rio Madeira**. Disponível em: <http://www.fobomade.org.bo/rio_madera/doc/libro/a8.pdf>. Acesso em: 27 junho 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BLÁZQUEZ, N. **Ética e meios de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999. 711 p.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143 p.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997. 385 p.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003. 190 p.

CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006. 283 p.

CHOMSKY, N. **Media control: the spectacular achievements of propaganda**. New York: Seven Stories, 1997. 58 p.

CITELLI, A. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994. 79 p.

_____. **Linguagem e persuasão**. 16.ed. São Paulo: Ática, 2006a. 103 p.

CONTREIRAS, H. O homem que faz presidentes. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 12, 06 abr. 1993.

IRN. **The Amazon River's largest tributary is under threat**. Disponível em: <<http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>>. Acesso em: 25 junho 2008.

LINO, G.L.; CARRASCO, L.; COSTA, N.; PALÁCIOS.S. **Máfia verde 2: ambientalismo, novo colonialismo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005. 272 p.

POPPER, K. **Uma lei para a televisão**. In: POPPER, K.; CONDRY, J. **Televisão: um perigo para a democracia**. Lisboa: Gradiva, 1999. p.15-31.

REBELO, M. **Publicada MP que cria Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/27/materia.2007-04-27.9153428197/view>> . Acesso em 30 de junho de 2008.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. S.Paulo: Contexto. 2006. 158 p.

SARTORI, G. **Homo videns: televisão e pós-pensamento**. Bauru: EDUSC, 1997. 152 p.

SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001. 144 p.

SHEEHAN, J.M.: **The Greening of the World Bank**, Disponível em Cato Institute, <<http://www.cato.org/pubs/fpbriefs/fpb-056es.html>>. Acesso em: 2 julho 2008.

